

GAZETA MERCANTIL

Quarta-feira, 25 de janeiro de 1989

A grave responsabilidade do Congresso Nacional

Ao Congresso Nacional, fortalecido pela nova Constituição, tem diante de si, neste momento, a grande tarefa de demonstrar à Nação que dispõe da maturidade compatível com seus novos poderes.

Quis este Congresso, quando ainda dotado de poderes constituintes, que medidas consideradas extremamente necessárias — e urgentes — não mais fossem editadas através de decretos-leis, instrumento que considerou autoritário. Criou, para substituí-los, as Medidas de Urgência.

Ao conceber a nova figura constitucional, ombreou-se aos parlamentos modernos, capazes de propiciar ao Poder Executivo a necessária agilidade de resposta a crises que precisam ser debeladas com presteza, sob pena de sucumbirem a estabilidade social e a paz institucional de um país.

A coerência do Congresso criador com a figura que criou e a

gravidade, que levou o governo a intervir drasticamente na economia, e editar o Plano Verão, sugerem que as Medidas de Urgência ora em exame sejam analisadas com rapidez e serenidade. Aprovadas — o que seria certamente melhor para o País, nessa hora delicada — ou rejeitadas. Jamais mutiladas.

Saberá o Congresso, estamos certos, compreender a gravidade do momento e, ignorando interesses político-partidários ou eleitorais, resistir à sedução de lideranças pessoais ou de grupos e, com base nas prerrogativas que criou, decidir soberanamente, tendo em vista a imensidão do abismo diante do qual nos encontrávamos, todos, e aprovando o elenco de medidas que o Executivo concebeu.

Impedi-las é, sem dúvida, precipitar o caos. Será decidir pelo prosseguimento do processo hiperinflacionário que se instalou e golpear perigosamente a transi-

ção política, cujo fim próximo todos almejam.

Não se trata, portanto, de apoiar o presidente da República. De fortalecê-lo ou de enfraquecê-lo. A situação clamava por medidas de urgência, e elas foram tomadas.

Não se trata, tampouco, de escolher se o Plano apresentado é o melhor ou mesmo se é o único possível para o momento. Não nos parece, também, ser o caso de questionar a coerência interna das medidas — que, de resto, a nós parece existir. Trata-se de dar curso a uma profilaxia de emergência, de não interrompê-la inutilmente, evitando um inoportuno e predatório conflito de Poderes.

Ao Congresso Nacional restará sempre o direito e o dever soberano de, a seu tempo, fazer valer suas próprias idéias e corrigir este ou aquele aspecto que julgar, pas-

sado o momento de emergência, cabível de ser feito.

Alterar aspectos do Plano proposto nesta hora, ou suprimir-lhe pontos importantes e integrantes de um todo coerente, seria retroagir e, aí sim, isolarem-se os congressistas na responsabilidade pelo mal que certamente adviria.

Não pretendemos, aqui, discutir a constitucionalidade da apresentação de emendas supressivas ou aditivas. Os parlamentares poderão, tão logo as medidas tenham surtido seus primeiros efeitos, positivos ou negativos, aprovar leis alternativas, discutir, por exemplo, a quem cabe formular a política fiscal, de salários ou monetária. Definir se a delicada questão das transferências de perdas decorrentes das medidas deve ser arbitrada com envolvimento direto ou indireto dos protagonistas envolvidos. Para tudo haverá tempo, desde que se evite o pior.